

APRESENTAÇÃO: FORMAS PERIFÉRICAS DE MORAR: NARRATIVAS, RESISTÊNCIAS E INSURGÊNCIAS

Peripheral ways of living: narratives, resistance and insurgencies

Adriana Nogueira Vieira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS);
Universidade Federal da Bahia (UFBA), BA, Brasil

Any B. L. Ivo
Universidade Federal da Bahia (UFBA), BA, Brasil.

Laila Nazem Mourad
Universidade Católica de Salvador (UCSAL), BA, Brasil.

Lysie Reis
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), BA, Brasil.

Thaiana de Souza Valverde
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 04/11/2023

Aceito em 17/11/2023

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p161-171>

Copyright (c) 2023 by Adriana Nogueira Vieira Lima, Any B. L. Ivo, Laila Nazem Mourad, Lysie Reis, Thaiana de Souza Valverde.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

LIMA, Adriana N. V.; IVO, Any B. L.; MOURAD, Laila N.; REIS, Lysie; VALVERDE, Thaiana de S. Apresentação: Formas periféricas de morar: narrativas, resistências e insurgências.

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 48, n. 259, p. 161-171, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p161-171>.

Resumo

O presente artigo apresenta o primeiro dos dois números do dossiê *Formas periféricas de morar: violências, insurgências e regulações*, que tratam de questões que atravessam o objeto “habitação popular”, como grande temática, estimulando as reflexões críticas, o registro e a análise de práticas indóceis e rebeldes pelo direito à habitação. Neste número, apresentamos um conjunto de textos que, marcados pela interdisciplinaridade e abordagens críticas, trazem experiências e narrativas da luta dos sujeitos periféricos urbanos na defesa do direito à moradia como direito à cidade. Nessa direção, o número 1 abriga temas como história, memória e violência no planejamento urbano, trazendo luz às estratégias coletivas sobre o habitar em cidades marcadas pela exclusão e segregação sociorracial, além de realçar o protagonismo dos sujeitos e movimentos, suas narrativas, estratégias de vida e de existir, frente às tentativas e formas de apagamentos.

Palavras-chave: Formas periféricas de morar. Insurgências. Memória. Narrativas. Violência.

Abstract

This article presents the first of two volume of the dossier *Peripheral forms of living: violence, insurgencies and regulations*. It deals with issues that cross the “popular housing” object as a major theme, stimulating critical reflections, recording and analysis of indocile and rebellious practices for the right to housing. In this volume, we present a set of texts that are marked by interdisciplinarity and critical approaches which bring experiences and narratives of the struggle of peripheral urban individuals in defending the right to housing as a right to the city. In this sense, Volume 1 covers themes such as history, memory and violence in urban planning, shedding light on collective strategies about living in cities marked by exclusion and socio-racial segregation. Additionally, it highlights the protagonism of subjects and movements, their narratives, strategies of living and existing in the face of attempts and forms of erasure.

Keywords: Peripheral ways of living. Insurgencies. Memory. Narrative. Violence.

Esse dossiê trata de questões que atravessam o objeto habitação popular, como grande temática, estimulando as reflexões desviantes e o registro e análise das práticas indóceis pelo direito de morar, que se apresenta como porta de entrada aos processos de luta

pelo direito à cidade. No contexto da temática formas periféricas¹ de morar, apresentamos a seleção de artigos que, marcados pela interdisciplinaridade e a crítica, pudessem trazer experiências e narrativas da luta dos sujeitos periféricos na defesa do direito à moradia como direito à cidade, suas interfaces com os direitos humanos e os atravessamentos interseccionais de raça, gênero e classe.

Foi com grata surpresa que recebemos muitas colaborações para a chamada desse dossiê. A intensa colaboração de artigos fez necessário estruturar os textos em dois números, agrupados por proximidades temáticas, mas garantindo a diversidade de abordagens e regiões, cobrindo do Norte ao Sul do país. O primeiro, que ora apresentamos, contemplou textos integrados aos temas *história, memória e violência no planejamento urbano*, abrigando os debates, os relatos e as análises das estratégias coletivas sobre o habitar a cidade, os sujeitos que as protagonizam, suas narrativas e as estratégias de vida e de existir que adotam frente às tentativas e formas de apagamento.

A diversidade e qualidade das contribuições recebidas para o dossiê *Formas de Morar Periférico* possibilitaram a edição de um segundo número, cuja organização foi presidida pelos temas: *produção do espaço urbano, práxis e estratégias de luta*, além de *habitação e urbanização de assentamentos populares*. Dessa forma, o número 2 discute a dinâmica de produção do espaço urbano periférico, os programas e políticas habitacionais e a agenda da moradia popular atualmente. De modo geral, os textos elegem a realidade urbana brasileira contemporânea como objeto de análise.

Os dois números deste dossiê vêm corroborar a relevância e atualidade da questão urbana brasileira, especialmente quanto à moradia popular. “Desde meados do século XIX, a questão habitacional marca os estudos sobre o urbano no mundo ocidental, onde se evidenciam as desigualdades e iniquidades a que estão sujeitas as classes trabalhadoras ao modo de produção capitalista. Desse período, os relatos e registros históricos revelam o acelerado processo de urbanização *pari passu* ao processo de industrialização das principais metrópoles europeias. A habitação se mostra como um dos grandes elementos estruturantes

¹ Fugindo da tradição que a trata como área fora e/ou distante do centro urbano, tratamos periferia como predicado do fugidio, fronteiro, daquilo que não é dado por coordenadas geográficas ou que está ancorado espacialmente, mas que se expressa no espaço urbano e avança sobre outras dimensões da vida. É o estar em negociação complexa e dinâmica com o “centro”, mas não constituinte dele. Ver: Cunha e Feltran (2013).

das cidades, mas ao mesmo tempo, consiste em mecanismo que aparta e categoriza socialmente as pessoas. Desde então e até o presente, a estrutura fundiária consiste no axioma que estrutura socialmente a cidade.²

Na ordem capitalista, o morar, enquanto condição primordial de sobrevivência, hegemonicamente mediado pela forma da propriedade privada, atrela-se à mercadoria moradia, cuja principal particularidade produtiva reside na dependência do solo urbano. Associando-se, portanto, às dinâmicas fundiárias e de localização e, por conseguinte, à configuração socioespacial. Dos obstáculos de acesso a este bem necessário à reprodução da vida, resultam as desigualdades de condições de moradia, bem como dinâmicas de segregação e exclusão nas cidades.

Na realidade urbana brasileira, os dados recentes do déficit habitacional (FJP, 2022) explicitam algumas dimensões da violação ao direito à moradia que são fundamentais para a ampliação das reflexões sobre o morar periférico. O atual número do déficit, no total de 6.215.313 domicílios, representando 8,3% do total de habitações ocupadas no país, levanta questões acerca dos limites das políticas habitacionais difundidas nos últimos anos. Na análise das variáveis de renda, sexo e cor/raça, o déficit predomina na faixa de renda de um salário mínimo (74%); as mulheres aparecem como 62,6% do total; e as pessoas não-brancas são maioria não apenas no déficit habitacional, mas em todos os seus componentes específicos. Deste modo, explicita-se a intersecção das dimensões de classe, gênero e raça na violação deste direito.

A despeito da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei Federal 12.288, de julho de 2010, que destina um capítulo específico para tratar da implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra, a manutenção de dados significativos no âmbito da variável cor/raça revela a persistência da reprodução da desigualdade das condições de moradia desta população. Ressoando o histórico e atual processo de negação do acesso à terra e à moradia, de ausência de políticas

² Exemplo de análise lapidar deste processo é a obra de F. Engels "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". Neste clássico, o autor discute o processo de urbanização, a habitação e as condições de vida dos trabalhadores nas principais cidades industriais inglesas da década de 1840 (Engels, 2010). A violência dada pela condição de morar impressiona pela atualidade descrita. Revisitar esse texto evidencia que a moradia é elemento distintivo dos sujeitos na cidade, desde sua gênese.

reparatórias, da criminalização de suas práticas socioculturais e das dinâmicas de controle penal e de morte destinada ao corpo negro.³

Nesse mesmo sentido, o contexto pandêmico explicitou fraturas de um país segregado e excludente, cujos marcadores étnico-raciais escancaram o racismo ambiental⁴. Como se sabe, no ano de 2020, o mundo “parou” por conta da pandemia do coronavírus. Embora a pandemia constitua um fenômeno de alcance global, ela se expressa como um problema específico de maior risco em locais e segmentos socialmente de maior precariedade nas cidades. Assim, cabe ponderar como a pandemia desloca-se de um problema em escala global para constituir-se num atributo singular, com impactos sobre a vida dos indivíduos, diretamente ancorados ao local e aos processos históricos de cada espaço de moradia, colocando a pandemia como experiência anômala à localidade. Se pessoas negras tinham 40% mais chance de morrer de Covid-19 que pessoas brancas (OXFORD, 2021), resta evidente a afirmação que os impactos da pandemia se associaram às profundas desigualdades, escancarando-as.

Ademais, a casa, no contexto brasileiro de pandemia, retomou seu lugar protagonista na agenda social como primordial à garantia da vida e à reprodução da vida material dos sujeitos. “O isolamento em casa, o trabalho remoto e a diminuição da circulação nas ruas provocaram um esgarçamento de fronteiras e sentidos de “casa”, “trabalho”, “privado”, “doméstico” e “público”” (Araújo, 2020). Recolocar a “casa” como questão social primordial hoje é reavivar, visitar e dialogar com a vasta produção brasileira sobre habitação popular, periferia, produção de cidades, desigualdade socioespacial, entre outros temas. É provocar avanços reconhecendo os atravessamentos pautados pelas demandas de movimentos identitários na e da cidade, quando o contexto pandêmico evidenciou a seleta fragilização da vida.

Nesse caminho, partindo da multiplicidade de agentes na produção socioespacial, o morar periférico se delinea permanentemente entre imposições e tensionamentos nas

³ A violência física contra a população e os territórios negros e populares é objeto da Campanha Permanente de entidades da sociedade civil baiana, que recentemente publicaram manifesto repercutido por este periódico (<https://www.cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1191/903>).

⁴ Por racismo ambiental entende-se a condição sistemática de degradação ambiental a que a população negra e algumas comunidades étnicas são submetidas, ampliando a condição de vulnerabilidade e risco de vida dessa população. (Belmont, 2023).

fronteiras contraditórias entre a moradia - enquanto necessidade básica de reprodução da vida, associada aos diversos modos de viver na cidade, - e a exclusão mercadológica, entrelaçada nos marcos da colonialidade⁵ racializada estruturante da urbanização capitalista. A dimensão da experiência racializada, historicamente repelida por diversos campos de análise da produção socioespacial, é indissociável da constituição do morar periférico. É, portanto, a partir desta trama conflitiva de disputas, entre sobrevivência, resistências e insurgências na e pela cidade que se desdobram as diversas formas periféricas de morar.

No enfrentamento à pobreza, violência e distância que atravessam a realidade periférica, as sujeitas e sujeitos periféricos, que compartilham a vivência de classe, raça e gênero em seus territórios (D'Andrea, 2020) anunciam modos de viver e de partilha da cidade enquanto produção social coletiva – comum. Experiências como mutirões, autoconstrução, ocupações de espaços ociosos, organização comunitária, redes de solidariedade, estratégias coletivas de resistência à remoção forçada, práticas socioculturais e artísticas com base nas vivências partilhadas, dentre inúmeras outras, conectam histórias, memórias e narrativas (ou contra-narrativas) na busca por reconhecimento de direitos e pela garantia da diversidade de formas de produzir e vivenciar a cidade. Trata-se de uma *práxis* forjada historicamente na luta por direitos, que tem como alicerce o direito à moradia como direito à cidade.

Se manter nos territórios à revelia dos históricos dispositivos excludentes é insurgência, é resistência, é defesa da vida, é defesa ao direito de ter direito, via capacidades criativas e resilientes partilhadas que colocam novas camadas e teores à luta pela moradia hoje no Brasil. As lutas pelas formas de morar periféricas expressam as estratégias de existir e encontram os movimentos pela vida. “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer” e “Daqui ninguém sai, daqui ninguém me tira” são enfrentamentos imbricados que marcam e politizam o cotidiano dos territórios e corpos periféricos na luta pela moradia digna, pela garantia do direito à vida e à cidade.

É com o comprometimento de que essa publicação deve ecoar vozes e conectar vidas e lutas que iniciamos a apresentação dos textos deste número. “E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós...” (Emicida, Principia, 2021) ilustra, de um lado, que o dia a dia dessas formas

⁵ Trata-se da persistência das fraturas decorrentes do projeto colonial-capitalista em todas as dimensões da vida: colonialidade do ser, do saber e do poder (Quijano, 2005).

de morar periféricas é marcado pela presente ausência do Estado-social ou a indesejada presença do Estado-centauro (Wacquant, 2012), cada vez mais liberto. Num outro sentido, revela a potência e força de resistência e criação das formas periféricas de morar e as lutas coletivas nas cidades mediadas pelo direito à habitação. O dossiê oferece, portanto, uma constelação analítica em torno da habitação popular contemporânea no Brasil, com ênfase na *práxis* constitutiva das formas periféricas de morar.

Transgredindo tradições acadêmicas, o primeiro texto é composto por uma entrevista com lideranças femininas da cidade de Salvador (*Nossos passos vêm de longe: mulheres tecendo resistências e lutas por moradia digna e direito à cidade em Salvador*), não por acaso, mas por ser esta uma das formas de iniciar essa travessia, guiada pela potência das vozes das mulheres que lutam por cidades mais democráticas, diversas e socialmente justas. Mulheres que agem com racionalidades diversas guiadas pelo bem comum em contraposição à racionalidade hegemônica, alimentando formas periféricas de morar em que o corpo-casa-território se coloca em luta no cotidiano, na costura de outros modos de vida e de cidade.

Teceram esta narrativa Ana Caminha (liderança da Gamboa de Baixo e Articulação de Comunidades e Movimentos do Centro Antigo de Salvador), Juliana Santos (Movimento Sem Teto da Bahia – MSTB e coletivo Guerreiras Sem Teto), Luciana Silveira de Mello (Grupo de Mulheres do Alto das Pombas – GRUMAP), Marli Carrara (Membro da Coordenação da União Nacional por Moradia), Maura Cristina da Silva (Coordenadora Estadual do Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB, e Articulação de Comunidades e Movimentos do Centro Antigo de Salvador), Nadjane Cristina Silva dos Santos (Coletivo Incomode e Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB), Rita de Cássia Ferreira (Coordenadora Estadual do Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB), Sandra Munhoz (movimento de Mulheres LGBTQIAP+), Sueli Oliveira (coordenadora nacional do Movimento População de Rua).

Ao privilegiar as suas narrativas, revelam-se memórias que estariam subterrâneas. Essa partilha nos trouxe a dimensão de quantos desafios há para garantia do direito à moradia no Brasil. A escolha por um grupo formado apenas por mulheres ocorreu por serem maioria nos movimentos de moradia, o que se conecta ao perfil social do déficit habitacional no Brasil, que não só é uma questão de gênero, mas também de raça. Os dados apresentados pelo IBGE (2019) e pela FJP (2022) ratificam que as mulheres negras se encontram em condição de maior vulnerabilidade: além da estatística do déficit habitacional, figura como

grupo que mais sofre com o desemprego, com as demandas de saúde e educação e são a maioria das mulheres chefes de família em estratos mais empobrecidos.

Ao longo de suas falas, as mulheres evidenciaram a exclusão espacial estruturada na estratificação baseada na questão gênero e raça, denunciando as diversas camadas de violência que seguem desde o processo de omissão do estado, até uma ação direta do Estado, do aparato policial, do tráfico de drogas, dos banimentos que impedem o exercício do direito morar, cujo alvo, segundo dados, são jovens negros.

Na trajetória da luta por moradia, as mulheres entrevistadas politizam a vida cotidiana, transbordando-a para esfera pública. Há uma construção de afetos da vida pública e de formas cooperativas de reprodução social que envolvem diversas estratégias de autogestão, bem viver, práticas de acolhimento e cuidado, acúmulos históricos, ancestralidades, que são direcionados para a produção de lutas insurgentes contra a agenda hegemônica de desconstituição de direitos, e anunciam novas perspectivas de morar na cidade que compõem o morar periférico na sua potência transformadora.

Trazer suas narrativas como “abre alas” do dossiê é reconhecer a representatividade dessas lutas e lideranças, demarcando seu espaço no assunto que muito lhes ocupa a vida, o da conquista da sua moradia. Chama-se atenção para que suas aspirações aqui transcritas possam ecoar, pois só por meio da sua representação podemos discutir esse tema.

Os conflitos, tensões e arranjos entre os moradores policiais do Centro Histórico de Salvador, constituem o interesse de Urpi Montoya Uriarte no seu texto intitulado *“Uma jogada de mestre” Estado e policiais militares na produção do espaço da sétima etapa da reforma do Centro Histórico de Salvador*. A partir de entrevistas, o artigo levanta as estratégias e dispositivos nesse morar, reconhecendo que o convívio com os demais moradores é mediado pela ordem estatal de um lado e, de outro, por negociações, arranjos e práticas: as “artes de fazer” ou “jogos” próprios da cultura popular do nordeste brasileiro.

A permanência da polícia em territórios “periféricos” também mobiliza o texto de Palloma Menezes: *“Novas indeterminações em ‘tempos de paz’: rumores sobre estupros e furtos em favelas do Rio de Janeiro”*. A autora entende que incertezas e inseguranças que marcam o cotidiano se potencializam em momentos de transformações significativas das rotinas, fazendo emergir novas sociabilidades de sobrevivência. Seu recorte: o processo de pacificação de favelas cariocas, via a militarização desses territórios que evidencia as ambiguidades de atores, as alternativas de conduta frente a um contexto desconhecido e o

desejo de restabelecimento da inteligibilidade do cotidiano através do retorno de regras “habituais” dadas pelo controle do tráfego.

A produção de espaço novo e apagamento das memórias urbanas: estudo de caso Vila Itaú, escrito por Viviane Zerlotini da Silva e Márlom Geraldo Parreiras Mota, traz como objeto de estudo o processo de desapropriação da Vila Itaú, em Belo Horizonte, colocando em cena a memória como resistência e a oralidade como fonte dessa resistência no enfrentamento a processos hegemônicos excludentes de agentes econômicos ligados à reconfiguração urbana. Nesse contexto, são analisados os tensionamentos entre a destruição do espaço como dimensão tangível da existência e a resistência existencial como memória e permanência, são analisados.

Diego Carvalho Correa e Valter Zaqueu Santos da Silva em *A princesa, o Bicho e o demônio negro: razão e colonialidade no “progresso” para Feira de Santana* vai, a partir do romance de Muniz Sodré *O bicho que chegou à Feira*, analisar as estratégias desenvolvidas por sujeitos de Feira de Santana/Ba - seus modos de viver e ver negros - em contraposição aos modelos eurocêntricos e estadunidense que figuram como esforço de consolidação do “progresso”. Para tanto, mobiliza conceitos como branquitude, colonialidade, racismo estrutural, poder simbólico, dispositivo racial, entre outros.

Bairros negros: formas de morar, formas de alugar tem como objetivo analisar a forma de alugar e a forma de morar existentes na Comunidade Rosalina, reduto negro que surgiu no início da década de 1990, no bairro Parque Dois Irmãos, na cidade de Fortaleza-CE. Para Tiago Souza de Jesus e Henrique Cunha Junior, seus autores, os elementos da história e da cultura negra, as formas de vida, organização e sociabilidades, evidenciam no cotidiano que as dinâmicas sociais e experiências, em cenário historicamente estruturado a partir do racismo antinegro expresso pela segregação socioespacial, apresentam aspectos que tornam as formas de morar e de alugar na Rosalina uma experiência afrodescendente singular, dado o seu caráter coletivo.

A ocupação urbana Marielle Franco, em Florianópolis (SC), é o lugar tratado pelo artigo *A autoconstrução sob a perspectiva dos moradores de uma ocupação urbana em Florianópolis/SC*, de Victoria Soares e Osmar Fabiano Filho. Baseado em pesquisa qualitativa, interessa à autora entender as questões emergentes a partir de novas construções nessa ocupação. Essa pesquisa demonstra que o desafio do acesso à moradia acentua a segregação

socioespacial em Florianópolis, refutando a retórica de igualdade ao direito à cidade e reforça a constante e desigual luta pela fuga do aluguel como estratégia de vida.

Conformismo e resistência nas ações coletivas das ocupações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) encerra esse número. Assinado por Aline Sanches, Simone Polli e Carolina Gama, o artigo parte de um estudo empírico para discutir o tema da informalidade e os agenciamentos na periferia, tomando a participação da sociedade civil organizada ante dois eventos críticos para essa localidade, dois marcos temporais: um incêndio e a pandemia do Covid-19. Foram elencados, para tal análise, autores chaves para repensar a produção do espaço periférico dentre as fronteiras da legalidade/ilegalidade. Nesse texto, tal como no anterior, as práticas transitam entre resistência e conformismo, evidenciando a ambiguidade, complexidade e violência dessas lutas pela permanência. Para além dessa dicotomia, merece destaque o uso de relatos que, analisados, denotam insurgências em torno dos obstáculos sobre o direito à propriedade de terra e de nela permanecer.

A coletânea de textos nos brinda com relatos de resistência, reconstrução e luta pela garantia à vida e a construção de uma vida digna. Trata-se de esforço analítico crítico crucial ao enfrentamento de processos históricos excludentes. Merece ser lida como o reconhecimento da força política transformadora das pessoas periféricas na busca incansável e cotidiana por justiça social nas cidades. Revela importantes sujeitos e instrumentos transformadores das condições de morar e em defesa das formas de morar periféricas, como meio viável que se coloca na contramão de processos históricos opressores nas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcella. A casa como problema e os problemas das casas durante a pandemia de Covid-19. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões da Pandemia, p. 1-9, 2020.

BELMONT, Mariana (org.). Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil. São Paulo: Instituto de Referência Negra – PEREGUM, 2023. Disponível em: https://peregum.org.br/?jet_download=29051ab003139df3fb8c722d90e2c7c6163e7d78. Acesso: abr. 2024.

CUNHA, Neiva Vieira e FELTRAN, Gabriel de Santis. **Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo. n. 116, abr., p 19-36.2020.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRANCISCO, Patrícia dos Santos. **A mulher negra e o direito à moradia digna**: O Programa Minha Casa, Minha Vida em Santo Estêvão, Ba. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Territoriais) - Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. n. 41, 2019.

OXFAM. **Relatório O Vírus da Desigualdade**. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/#:~:text=A%20covid%2D19%20est%C3%A1%20gerando,popula%C3%A7%C3%B5es%20mais%20pobres%20dos%20pa%C3%ADses>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. v. 233. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4109238/mod_resource/content/1/12_Quijano.pdf

ROSA, T.T. Pensar por margens. In: JACQUES, P.B.; PEREIRA, M.S., comps. **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I – modos de pensar [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 176-204. ISBN 978-85-232-2032-7. <https://doi.org/10.7476/9788523220327.0008>.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez., 2012.

Dados de autoria

Adriana Nogueira Vieira Lima

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Professora de Direito na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Profa. colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. E-mail: adriananvlima@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3481-7970>.

Any B. L. Ivo

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Pós-Doutorado no IESP/UFRJ. Atualmente é professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA. E-mail: anyivo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2868-1867>.

Laila Nazem Mourad

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Professora do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Coordenadora do grupo de pesquisa Territórios em Resistência. E-mail: mourad.laila7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4175-0089>.

Lysie Reis

Doutora em História Social (UFBA). Pós-Doutorado na Universidade do Porto. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET) e do Curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão "Direito à Cidade" (GPDAC). E-mail: lysiereis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0754-2780>.

Thaianna de Souza Valverde

Doutoranda em Teoria e Filosofia do Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL-IESP/UERJ). E-mail: thaiannavalverde@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8182-6693>.